

24 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina devolução de processos

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – A juíza da 6ª Vara Criminal de Londrina, Zilda Romero, notificou ontem a defesa do advogado Marcos Colli a devolver em 24 horas os autos dos quatro processos contra o réu, que é acusado de estupro de 12 menores e filmar e fotografar essas crianças e adolescentes em poses sexuais e pornográficas.

A defesa está de posse dos documentos processuais para apresentar eventuais requerimentos ou solicitar novas diligências desde o início de abril. O prazo para a devolução é de até cinco dias. Sem a posse dos autos não é possível proferir a sentença. A Justiça também irá notificar o réu para indicar um novo defensor.

Para a promotora Susana Lacerda, essa é mais uma tentativa da defesa em postergar uma possível sentença condenatória. “Com isso, o acusado segue preso, sozinho, em uma sala de estado maior.”

Marcos Colli está detido no 5º Batalhão da Polícia Militar desde 20 de maio do ano passado.

“Se não for atendida, a Justiça pode fazer a intimação por telefone e expedir um mandado de exibição ou de busca e apreensão por crime de sonegação de autos”, explicou a promotora. A Justiça pode ainda convocar um advogado dativo para defender o réu.

O advogado de Colli, Mateus Vergara, informou que não havia sido notificado e que a Justiça tem “muita pressa” para finalizar o processo e não respeita o prazo de 120 dias de um mandado de segurança impetrado no Tribunal de Justiça (TJ). “Não posso especificar o teor do mandado por se tratar de um processo sigiloso”, frisou Vergara. “Criou-se uma celeuma toda com a intenção de denegrir a imagem do meu cliente”, finalizou.

24 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA
Justiça Federal acata
denúncia contra Youssef
por crime financeiro
**Lava Jato: Justiça abre
ação contra Youssef**

Doleiro e mais seis se tornaram réus em caso de evasão fraudulenta de R\$ 998 milhões entre julho de 2011 e março de 2014

MPF aponta Youssef como líder do grupo criminoso, mandante e executor dos crimes

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal do Paraná acatou ontem a denúncia contra o doleiro londrinense Alberto Youssef e outras seis pessoas por crime financeiro (evasão de divisas, operação de instituição de câmbio sem autorização e falsa identidade em contrato de câmbio), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Eles são acusados pelo Ministério Público Federal (MPF), com base nos inquéritos concluídos da Operação Lava Jato, desencadeada pela Polícia Federal (PF), de terem promovido a evasão fraudulenta de US\$ 444,6 milhões (aproximadamente R\$ 998 milhões) entre julho de 2011 e março de 2014.

Também foram denunciados Leonardo Meirelles,

Leandro Meirelles, Pedro Argese Junior, Esdra de Arantes Ferreira, Raphael Flores Rodriguez e Carlos Alberto Pereira da Costa. O MPF, por meio da denúncia protocolada na terça-feira, aponta Youssef como líder do grupo criminoso, mandante e executor dos crimes. Os demais, a mando do doleiro, atuaram em gestão de empresas e na execução dos crimes de evasão. Como a Justiça acatou a denúncia, todos agora são réus no processo criminal.

Segundo o documento a evasão teria sido feita por meio de contratos de câmbio fraudulentos para pagamento de importações fictícias, utilizando nome de "laranjas" ou empresas de fachada, especificamente a Bosred Serviços de Informática Ltda., HMAR

Consultoria em Informática Ltda., Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia, Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S/A, Piroquímica Comercial Ltda., e RMV e CVV Consultoria em Informática Ltda.

CONTINUA

24 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CONTINUIDADE

Outras quatro denúncias já foram oferecidas pelo MPF, entretanto o juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba ainda está analisando se aceita ou não os pedidos. Youssef, inclusive, pode se tornar réu em outros processos criminais.

Estas denúncias citam os nomes de outras 17 pessoas, entre elas Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobras), Ariana Azevedo Costa Bachmann, Shanni Azevedo Costa Bachmann, Marcio Lewkowicz e Humberto Sampaio de Mesquita, denunciados por impedimento e embaraço à investigação. Outra denúncia oferecida aponta crime de falsidade ideológica cometida por Raul Henrique Srour, Rodrigo Henrique Gomes de Oliveira Srour, Rafael Henrique Srour, Valmir José de França e Maria Lucia Ramires Cardena; além da imputação do crime de lavagem de dinheiro a Raul Henrique Srour e Maria Josilene da Costa. O MPF também denunciou, por evasão de divisas, Rene Luiz Pereira, Sleiman Nassim El Kobrossy, Maria de Fátima Stocker, Carlos Habib Chater e Alberto Youssef. Neste caso ele é citado, conforme o MPF, porque prestou auxílio para que o crime se realizasse. Na

mesma denúncia, é imputada a acusação de lavagem de dinheiro a Rene Luiz Pereira, Sleiman Nassim El Kobrossy, Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda. Rene Luiz Pereira ainda foi denunciado pelo MPF por tráfico e associação para o tráfico de drogas. Por fim, o órgão protocolou denúncia, separadamente, contra Carlos Alexandre de Souza Rocha, por operar instituição de câmbio sem autorização.

Entre hoje e amanhã o MPF deverá formular outras denúncias. Ao todo, a PF indiciou 46 pessoas envolvidas nas investigações da Lava Jato.

24 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

MP quer criar 94

cargos comissionados

Mensagem foi lida ontem na
Assembleia Legislativa; impacto
financeiro mensal é de R\$ 631 mil

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O Ministério Público (MP) do Paraná encaminhou à Assembleia Legislativa (AL) um anteprojeto de lei que cria 94 cargos de provimento em comissão, de assessor de promotoria de Justiça, distribuídos pelas unidades administrativas do órgão. A matéria foi lida na sessão de ontem, devendo passar pela análise das comissões técnicas da AL antes de ser votada em plenário. O impacto financeiro mensal é de R\$ 631 mil, provenientes do orçamento do próprio MP, o que corresponde a um gasto de R\$ 5,45 milhões em 2014 (considerando maio a dezembro) e R\$ 8,34 milhões

por ano a partir de 2015.

O texto também propõe a transformação de funções já existentes. Entre elas estão oito de procurador de Justiça, que seriam trocadas por oito de promotor de Justiça substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, três de telefonista, transformadas em auxiliar administrativo, e quatro de vigia, que dariam lugar ao mesmo número de oficiais de promotoria. Segundo a instituição, nesses casos haverá economia. Os valores, contudo, não foram informados. A proposta institui, ainda, uma gratificação correspondente a 10% do subsídio aos ouvidores do MP.

Na justificativa, a entidade argumenta que busca fazer frente à ampliação de

número de cargos equivalentes no Tribunal de Justiça (TJ), resultante da criação de novas varas, em primeiro grau. O órgão também informou, via assessoria de imprensa, que a contratação de comissionados é menos onerosa do que a de funcionários concursados e que costuma ser mais difícil preencher vagas em Promotorias do interior, uma vez que a maioria dos aprovados em seleções opta por municípios maiores.

Por outro lado, a matéria não descreve as atribuições, nem especifica as cidades para onde os servidores serão lotados. De acordo com o MP, essas questões serão definidas posteriormente, de forma a acompanhar a estrutura do TJ.

24 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Londrina sedia Simpósio de Direito Previdenciário

Evento na OAB discute temas polêmicos como aposentadorias especiais para profissões de risco e o diagnóstico de incapacidade para o trabalho

Fábio Galiotto
Reportagem Local

O diagnóstico de incapacidade na perícia médica, o dano moral, o desenvolvimento da aposentadoria para trabalhadores rurais e as polêmicas sobre pensões especiais para profissões de risco são alguns dos temas que serão discutidos no 20º Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário, em Londrina. O evento começa às 19 horas de hoje e vai até amanhã, na sede da regional de Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), com apoio da Comissão de Direito Previdenciário da Subseção, o evento é voltado para advogados, juízes, procuradores e defensores públicos, professores, estudantes e servidores públicos. A coordenadora geral do evento, Edmeire Aoki Sugeta, afirma que o objetivo é trazer luz sobre temas atuais e controversos.

O tema da abertura será a forma como doenças de trabalhadores devem ser analisadas e quando implicam na declaração de incapacidade.

Edmeire conta que o palestrante Flávio Henrique Muzzi Sant'Anna é perito médico previdenciário e vai explicar que a análise sobre cada trabalhador deve ser completa. "Uma doença pode ser incapacitante para uma profissão, mas não para outra", diz.

Outra palestra importante será amanhã, sobre a Repercussão Geral 555, ministrada pela vice-presidente do IBDP, Adriane Bramante de Castro Ladenthin. A questão está no Supremo Tribunal Federal (STF) e pede o fim da aposentadoria especial para trabalhadores em situação de risco, em caso de uso de equipamento de proteção individual (EPI). "Os trabalhadores têm hoje direito a se aposentar mais cedo e sem incidência do fator previdenciário, o que entendemos que é devido porque realizam função com risco à saúde deles", diz a coordenadora do evento.

O destaque fica também para a palestra sobre a importância da instrução em recursos no Juizado Especial Federal, com o juiz José Antonio Savaris. Ele falará sobre o direito fundamental da parte na produção de provas e sobre o dever do juiz, que não pode apenas ser um mero expectador do processo.

SERVIÇO

As inscrições podem ser feitas no local ou pelo site do IBDP, www.ibdp.org.br. Mais informações: eventos@ibdp.org.br ou (41) 3045-8551. O custo da inscrição é de R\$ 250 para interessados em geral e de R\$ 125 para associados ao IBDP ou estudantes, com 350 vagas. O endereço da OAB em Londrina é rua Governador Parigot de Souza, 311.

24 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO

Direito Previdenciário em debate

Começa hoje e irá até amanhã em Londrina, na sede da subseção local da OAB, o 20º Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário, promovido pelo Instituto Brasileiro de DP e com apoio da Comissão dessa mesma área da Ordem dos Advogados do Brasil. O evento tem como objetivo debater temas atuais e controvertidos dessa área do direito, contando com palestras de notório conhecimento das matérias que serão abordadas. Sob a coordenação de Jane Lucia Berwanger e de Melissa Folmann e o comando geral de Edmeire Aoki Sugueta. Hoje, às 19 horas, o perito médico Flávio Henrique Santanna falará sobre a identificação de doença e constatação de incapacidade. O doutor Rafael Waldrich abordará a Boa fé objetiva na relação jurídica de proteção. Às 21 horas, o desembargador Rogério Favreto, do TRF da 4ª Região, falará sobre a aposentadoria dos trabalhadores rurais, do assistencialismo à previdência.

● Uma pergunta para os doutores que aqui estarão: pode uma agência do INSS solicitar as carteiras originais de um aposentado há mais de 10 anos, e segurá-las até agora, durante mais de um ano, sem dar qualquer informação a respeito do que está ocorrendo? Isto é constitucional? Não seria um caso de perseguição a este trabalhador aposentado pela própria Previdência. O que fazer a respeito?

Caso dos Diários

Secretos gerou

15 condenações

Quatro anos após a revelação do escândalo de desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa, a Justiça condenou os envolvidos em oito ações criminais

José Marcos Lopes e Katna Baran

Quinze pessoas já foram condenadas em função das denúncias da série Diário Secretos feitas pela Gazeta do Povo e pela RPC TV em 2010. A série mostrou como funcionava o esquema de desvio de dinheiro público dos cofres da Assembleia Legislativa do Paraná por meio da contratação de funcionários fantasmas. Das dez ações criminais propostas pelo Ministério Público (MP), oito têm sentença. Além desses processos, há ainda dez ações cíveis, que citam deputados e ex-deputados estaduais (veja

mais no infográfico ao lado).

As mais recentes condenações são do dia 14 deste mês. A 9.^a Vara Criminal de Curitiba condenou Iara Rosane da Silva Matos e José Ricardo da Silva, respectivamente mulher e cunhado do ex-diretor de pessoal da Assembleia João Leal de Matos. Iara e José Ricardo foram condenados por peculato (desvio de dinheiro público), a uma pena de 6 anos e 8 meses de prisão cada. Cabe recurso da decisão.

Matos, que é investigado em outro processo juntamente com outras cinco pessoas, tinha ligações com o ex-diretor-geral da Assembleia, Abib Miguel, o Bibinho, já condenado a uma pena de 18 anos, 11 meses e 20 dias. Entre os 15 condenados desde 2010, quatro trabalharam na Assembleia. Os outros 11 são parentes deles ou pessoas próximas.

Condenação recente

Em seu despacho, a juíza Ângela Regina Ramina de Lucca conclui que Iara Matos e José Ricardo recebiam salários da Assembleia e consta-

vam na lista de funcionários da Casa, mas não trabalhavam no local. Segundo a sentença, entre 1994 e 2009 Iara recebeu R\$ 1.164.070,54. Já José Ricardo, entre 2001 e 2009, teve R\$ 1.337.752,55 depositados em sua conta bancária.

Ambos afirmaram em juízo que trabalhavam no Legislativo, mas a magistrada concluiu que eles "eram servidores fictícios, em nome de quem eram depositados valores a título de salários pagos pela Assembleia Legislativa do Paraná, sem que efetivamente tivessem que prestar qualquer atividade em prol do Poder Público".

A sentença mostra a evolução salarial de Iara: segundo os autos, de janeiro de 1995 a março de 1997, seu salário variou de R\$ 406 a R\$ 653,33; entre janeiro de 2008 e abril de 2009, o vencimento chegou a R\$ 18.255,59. "Nenhum dos réus trouxe aos autos qualquer explicação sólida sobre o porquê da discrepância de salários entre funcionários que possuíam a mesma atribuição e eram lotados para o mesmo cargo, podendo o salário dobrar de valor, a depender da pessoa", diz o despacho.

Entre janeiro de 2001 e junho de 2009, de acordo com os autos, José Ricardo recebeu cerca de R\$ 1 milhão, mas "não adquiriu nenhum veículo, imóvel ou qualquer outro bem que fosse condizente com a renda percebida", argumenta a juíza na sentença. A reportagem não localizou ontem o advogado dos acusados.

ACUSADOS RECORREM DAS SENTENÇAS

Segundo a assessoria do Ministério Público do Paraná, o ex-funcionário da Assembleia Legislativa Daor Afonso Marins de Oliveira teve sua pena aumentada de 15 anos, 6 meses e 10 dias para 21 anos, 3 meses e 20 dias. A defesa dele recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). O MP pediu ainda penas maiores para Cláudio Marques da Silva e José Ary Nassif. A defesa dos réus entrou com recurso. Os defensores de outros três acusados também já recorreram das sentenças.

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

PUNIÇÃO

CONTINUAÇÃO

Quinze réus, em oito ações criminais, já foram condenados pela Justiça. Há mais duas ações criminais e dez ações cíveis sobre o caso. Veja quem já foi condenado:

**Abib Miguel**

Ex-diretor-geral da Assembleia

Penas: 18 anos, 11 meses e 20 dias.

Desvio de dinheiro público, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

**Cláudio Marques da Silva**

Ex-diretor de pessoal da Assembleia

Penas: 18 anos, 11 meses e 20 dias.

Desvio de dinheiro público, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

**José Ary Nassiff**

Ex-diretor administrativo da Assembleia

Penas: 18 anos, 11 meses e 20 dias

Desvio de dinheiro público, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

**Daor Afonso M. de Oliveira**

Ex-funcionário da Assembleia

Penas: 21 anos, 3 meses e 20 dias.

Peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Marlon Christian L. de Oliveira

Filho de Daor Oliveira

Penas: 12 anos, 10 meses e 10 dias.

Desvio de dinheiro público.

Maureen Louise de Oliveira

Filha de Daor Oliveira

Penas: 4 anos, 5 meses e 10 dias.

Desvio de dinheiro público.

Luiz Alonso Luccas de Oliveira

Filho de Daor Oliveira

Penas: 6 anos e 8 meses.

Desvio de dinheiro público.

Roseli do Rocio L. de Oliveira

Mulher de Daor Oliveira

Penas: 3 anos, 11 meses e 23 dias.

Desvio de dinheiro público.

Iara Rosane da Silva Matos

Mulher de João Leal de Matos

Penas: 6 anos e 8 meses.

Desvio de dinheiro público.

Clori Maria de Oliveira

Irmã de Daor Oliveira

Penas: 2 anos e 11 meses.

Desvio de dinheiro público.

José Ricardo da Silva

Cunhado de João Leal de Matos

Penas: 6 anos e 8 meses.

Desvio de dinheiro público.

Pierre J. Gbur (sobrinho de Daor Oliveira), Glaucilene S. Gbur (mulher de Pierre), Eduardo J. Gbur (sobrinho de Daor) e Alessandro Gbur (motorista de Daor)

Penas: 1 ano, 9 meses e 20 dias cada.

Desvio de dinheiro público.

Fonte: Redação.

Infografia: Gazeta do Povo.

R\$ 1.164.070,54

foram recebidos por uma funcionária que não trabalhava na Assembleia entre 1994 e 2009, segundo a Justiça.

R\$ 1.337.752,55

foram depositados na conta de um funcionário entre 2001 e 2009. Segundo a Justiça, ele não trabalhava no local.

R\$ 200 MILHÕES

é a estimativa do Ministério Público sobre os desvios de dinheiro feito por um esquema criminoso na Assembleia.

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA

1 Segundo a denúncia do Ministério Público, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná, Abib Miguel, pedia a pessoas próximas que conseguissem documentos de parentes para empregá-los na Casa. Essas pessoas eram os "agenciadores" dos funcionários fantasmas.

2 Outros dois ex-diretores da Assembleia, Cláudio Marques da Silva e José Ary Nassiff, davam apoio ao esquema.

3 O esquema tinha três "braços": o de Daor Afonso de Oliveira teria contratado dez pessoas; o de João Leal de Matos teria contratado oito parentes; e o de Douglas Bastos Pequeno teria sido responsável pela contratação de 16 pessoas.

4 O Ministério Público estima que o esquema tenha desviado até R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia.

CONTINUA

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Juiz acata ação civil contra deputados

■ A 2.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba acatou a ação civil pública de improbidade administrativa contra os deputados estaduais Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB), e os ex-diretores da Assembleia Legislativa Abib Miguel, José Ary Nassif e Cláudio Marques da Silva. Na decisão, do último dia 8, o juiz Tiago Gagliano Pinto Alberto afasta as alegações das defesas preliminares, argumentando que há indícios das infrações. O juiz, porém, indeferiu o pedido de bloqueio de bens de alguns dos réus.

Outras oito ações cíveis tramitam na Justiça. Também são réus, entre outras pessoas, os ex-deputados estaduais Geraldo Cartário e Hermas Brandão. Sete ações estão na 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba e outra na 3.ª Vara. Outra ação, movida contra a Assembleia, foi arquivada em razão do cumprimento da sentença: a 3.ª Vara de Fazenda Pública determinou que a Casa passasse a publicar na internet todos os seus atos. Além disso, a Assembleia teve de republicar na internet os atos dos últimos cinco anos relacionados aos seus servidores. O MP continua investigando e deve propor novas ações. (JML)

HISTÓRICO

Série revelou esquema que pode ter desviado mais de R\$ 200 milhões

A série Diários Secretos, da **Gazeta do Povo** e da RPC TV, analisou 724 edições do Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Paraná, publicadas entre 1998 e 2009. O levantamento durou dois anos e desvendou um esquema criminoso de desvio de dinheiro que, segundo estimativas do Ministério Público, pode ultrapassar R\$ 200 milhões. Os recursos públicos, como mostrou a investigação, eram desviados por meio da contratação de servidores fantasmas ou laranjas – muitos dos quais parentes dos envolvidos. O esquema foi ocultado durante décadas da sociedade, por meio de uma série de entraves criados pela própria Assembleia para a divulgação dos diários oficiais da Casa, onde eram oficializadas as contratações dos funcionários que não trabalhavam. Em protesto, milhares de paranaenses foram às ruas no dia 8 de junho de 2010 para protestar contra a corrupção e pedir mais transparência. A série levou à abertura de 20 ações, dez criminais e dez cíveis.

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Justiça aceita denúncia contra doleiro e mais seis

Investigados na Operação Lava Jato, réus vão responder por formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro e crimes financeiros

Guilherme Voitch

A Justiça Federal aceitou ontem denúncia contra o doleiro Alberto Youssef e mais seis pessoas investigadas na Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF). A denúncia foi apresentada pelos seis procuradores que integram a força-tarefa criada pelo Ministério Público Federal (MPF) para atuar no caso. Os réus vão responder por formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro e crimes financeiros (operar, sem a devida autorização, instituição financeira; usar de falsa identidade para realizar operação de câmbio; e evasão de divisas).

De acordo com a denúncia, os réus teriam promovido, por meio de 3.649 operações de câmbio, a evasão fraudulenta de US\$ 444,5 milhões. Youssef também teria trazido para o Brasil, de maneira ilegal, US\$ 3 milhões. Ainda segundo a denúncia, o grupo

operava utilizando laranjas e empresas de fachada.

Um dos empreendimentos citados é o laboratório Labogen, que está registrado em nome do réu Leonardo Meirelles. Para a PF, o laboratório era usado por Meirelles e Youssef para lavagem de dinheiro. Durante a investigação, a PF chegou a flagrar troca de mensagens entre Youssef e o deputado federal licenciado André Vargas (PT-PR). Na con-

versa, o doleiro pedia a ajuda do deputado para conseguir contratos com o Ministério da Saúde. Vargas respondeu que "iria atuar". O Labogen chegou a firmar uma parceria de R\$ 31 milhões com o Ministério da Saúde em 2013. O convênio foi desfeito após as denúncias.

Líder

Em seu despacho, o juiz Sérgio Moro, da 13.^a Vara Federal de Curitiba, concorda com os indícios apontados pelos procuradores de que Youssef seria o líder da organização criminosa. Youssef está preso desde março na Superintendência da PF em Curitiba.

Moro ainda irá analisar outras quatro denúncias apresentadas pelo MPF, com Youssef sendo novamente citado. Outros 17 suspeitos podem se transformar em réus, caso o juiz aceite as denúncias. Entre eles está o ex-diretor da

Petrobras Paulo Roberto Costa. Ele, duas filhas e dois genros teriam tentado criar impedimentos para a investigação.

Para a Polícia Federal, Costa também teria utilizado sua influência na estatal para cobrar propina de empresas. Os procuradores ainda não acusaram Costa desse crime, mas o MPF afirma que novas denúncias podem ser apresentadas nos próximos dias.

Defesa

O advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto, já declarou que seu cliente não cometeu nenhum ato ilícito e que tinha interesse em fazer investimentos legais na Labogen. O advogado de Paulo Roberto Costa, Fernando Fernandes, declarou que não há nada no inquérito da PF que associe seu cliente ao crime de corrupção. O advogado de Leonardo Meirelles não foi encontrado.

CONTINUA

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PROCESSO

Denúncia irá tramitar sem segredo de Justiça, decide juiz do Paraná

A denúncia formulada contra o doleiro Alberto Youssef e outras seis pessoas irá tramitar de forma pública, sem segredo de Justiça, por determinação do juiz Sérgio Moro, da 13.ª Vara da Justiça Federal no Paraná. Segundo Moro, não há nenhum impedimento para que seja dada publicidade à acusação. "O fato da divulgação do processo penal gerar eventuais impactos na honra dos acusados, com eventual afetação, antes do julgamento, da presunção da inocência, não autoriza, por si só, o segredo. Entendimento diverso levaria à decretação do sigilo sobre todo e qualquer processo penal... No caso presente, tratando-se do processo, já em fase adiantada, de formulação de acusação pública, não vislumbro qualquer exceção que justifique a quebra da regra de publicidade", diz Moro, em seu despacho.

Segundo o juiz, os dados que aparecem na denúncias, obtidos por meio de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, serão divulgados já que têm relevância no processo e não dizem respeito à vida privada dos acusados. "No caso presente, o levantamento do sigilo sobre a ação penal não exporá qualquer diálogo interceptado de cunho privado, mas somente aqueles, citados na denúncia, pertinentes aos próprios crimes em persecução." (GV)

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Entrelinhas

Barrados no TJ

Há aproximadamente um mês, seguranças do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) buscam restringir o uso de câmeras fotográficas e gravadores pelos jornalistas, durante sessões públicas. Nesta semana, um dos vigilantes tentou tomar a câmera de um repórter da Gazeta, que precisou recorrer à assessoria de imprensa do órgão para continuar seu trabalho. Situações parecidas ocorreram com outros profissionais.

Resposta

Segundo a assessoria de imprensa do TJ-PR, não existe nenhuma determinação que impeça o uso dos equipamentos por jornalistas. O tribunal informa que o acesso dos profissionais de imprensa às dependências do TJ é tratada na Instrução Normativa 03/2007.

Ainda conforme o TJ, os presidentes das Câmaras do tribunal solicitam que a assessoria de imprensa informe "com mínima antecedência quando os veículos necessitarem tirar fotos ou captar imagens de julgamentos, uma vez que as audiências são públicas, mas alguns casos são cobertos por segredo de Justiça, havendo restrições para divulgação das imagens."

Justiça para todos

Ocorre hoje, a partir das 10 h, a inauguração da sede da Defensoria Pública do Paraná em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O órgão está recebendo a população desde janeiro em uma sede provisória, no Fórum Municipal. Até o momento, foram realizados cerca de 300 atendimentos. Em fevereiro, por exemplo, o juiz da Vara Criminal de São José dos Pinhais baseou-se em um relatório de inspeção feito pelos defensores públicos lotados na cidade para determinar a interdição da carceragem da 1ª Delegacia Regional. A Defensoria funcionará na Travessa Brasil, 123, no Centro de São José dos Pinhais.

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» ASSESSORAMENTO

Projeto do MP cria 94 cargos comissionados

Euclides Lucas Garcia

■ Em meio a um processo de aumento de gastos com pessoal e de autoconcessão de vários benefícios, o Ministério Público do Paraná (MP) quer criar mais 94 cargos comissionados. Encaminhado ontem à Assembleia Legislativa, o projeto também reduz de 10% para 5% o índice mínimo de servidores efetivos do órgão que deverão preencher funções comissionadas de assessoramento.

Segundo a proposta, as novas vagas de assessor de promotoria ficarão lotadas na Procuradoria-Geral de Justiça e serão distribuídas pelo estado pelo procurador-geral, Gilberto Giacoia. O impacto da medida será de R\$ 8,3 milhões anuais aos cofres estaduais. No texto, o MP justifica que precisa “suprir as necessidades decorrentes da defasagem de sua quantidade em relação ao Poder Judiciário”. Diz ainda que é menos oneroso contratar comissionados do que criar cargos.

Benefícios

Nos próximos meses, é grande a chance de o MP conceder o auxílio-moradia aos promotores e procuradores, que poderá ser incorporado ao salário. Uma comissão já foi constituída no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) para regulamentar a lei que instituiu o benefício para juízes e desembargadores. O MP pretende buscar que o acréscimo seja estendido aos seus membros, como uma espécie de reposição diante de perdas salariais. “Se perdermos a capacidade de atrair os melhores quadros, o que vai acontecer? Vamos perder funcionários”, argumentou Giacoia recentemente.

Nos últimos quatro anos, porém, os gastos do MP com pessoal cresceram 23,5% (em valores corrigidos com base no IPCA). Em 2010, foram R\$ 337,7 milhões; no ano passado, foram R\$ 500 milhões.

Além disso, benefícios foram incorporados à remuneração. Em 2012, foi o auxílio-alimentação, cujo impacto anual foi estimado em R\$ 9 milhões à época. No ano passado, foi a vez do auxílio-saúde e das gratificações por assiduidade e produtividade, com impacto aproximado de R\$ 12,2 milhões por ano.

GAZETA DO POVO

Horror à transparência

24 ABR 2014

Ter acesso aos dados de atos públicos é direito inalienável e indiscutível dos cidadãos no Estado Democrático de Direito; mas muitos paranaenses esbarram em inúmeras dificuldades para conseguir informações

Existem muitas hipóteses plausíveis para explicar a dificuldade que os cidadãos enfrentam para obter informações no serviço público — um direito assegurado pela Lei de Acesso à Informação, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 2011, e que deveria ser replicada e regulamentada pelos poderes públicos estaduais e municipais. Pela lei, os gestores públicos têm a obrigação de responder aos requerimentos de informação no prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais dez quando o adiamento for justificável.

Pois bem: pouquíssimos são os entes públicos que obedecem fielmente à legislação. Quando simplesmente dão algum retorno aos requerentes, no mais das vezes o fazem de modo incompleto. Ou, quando muito, os remetem para páginas da internet — pomposamente denominadas de Portais da Transparência — de difícil acesso, complicada navegação e com dados de hermética compreensão.

A hipótese mais aceitável para explicar a dificuldade é o horror crônico dos administradores públicos a se verem desnudados pela opinião pública quanto ao excesso de gastos inúteis, descumpri-

mento de leis, despesas suspeitas de malversação, desobediência a prioridades, perdas de prazo e tantos outros males que, lamentavelmente, são recorrentes no serviço público. Neste caso, quanto mais dificuldades se impuser aos cidadãos, mais “protegidos” estarão os gestores.

Uma segunda hipótese nos remete a uma outra característica da máquina pública: a sua própria e proverbial ineficiência. Assim, coisas tão corriqueiras como os buracos nas ruas que se eternizam, viaturas que não andam, pedidos de alvarás que adormecem nas gavetas, filas que se alongam nos guichês, postos de saúde e hospitais que não atendem, a polícia que demora a chegar, os processos que se acumulam nas mesas dos juízes — também a paquidérmica burocracia estatal se mostra incapaz para responder a comecinhos pedidos de informação.

Mas, já que a lei existe, ela deve ser rigorosamente cumprida, especialmente neste caso, em que ter acesso à informação de atos públicos é direito inalienável e indiscutível dos cidadãos no Estado Democrático de Direito. Não criar estruturas próprias para dar respostas compatíveis e nos prazos determinados é, na essência, o mesmo que negar a informação, como bem lembra o jurista Rodrigo Kanayama, um dos entrevistados citados na reportagem que publicamos na última terça-feira, e na qual mostramos que apenas 24% das grandes cidades brasileiras regulamentaram, em seus âmbitos, a Lei de Acesso.

CONTINUA

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A própria Gazeta do Povo experimentou a aplicação da lei. Dirigiu requerimentos solicitando informações pouco complexas a quatro grandes prefeituras do Paraná — Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina —, mas apenas esta última deu as respostas cabíveis e dentro do prazo legal. Das demais, findo o prazo, a reportagem recebeu respostas não satisfatórias: Maringá arquivou o processo e reconheceu o “erro”; Ponta Grossa avisou que as informações ainda estavam sendo reunidas; e Curitiba informou que os dados estavam disponíveis no Portal da Transparência — um labirinto destinado a criar as maiores dificuldades possíveis aos interessados.

O desrespeito aos direitos cidadãos, incluindo o da informação, não confere às nações o título de democracia que dizem praticar.

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

>> MEDICAMENTOS

MP denuncia três por fraude na UEM

LONDRINA

Antoniele Luciano

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) está investigando um esquema de fraude na compra de medicamentos para a Farmácia de Ensino da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na semana passada, três pessoas foram denunciadas. Um delas é um servidor com mais de 20 anos de experiência. Ele teria colaborado na utilização de um documento falso para a aquisição dos produtos sem necessidade de licitação.

Também estão envolvidos um representante comercial de uma distribuidora farmacêutica e um terceiro suspeito de contribuir com a irregularidade. Os nomes dos suspeitos não foram divulgados. Os três são alvo de ação civil pública e ação penal ingressada pela 20.^a Promotoria de Justiça de Maringá.

De acordo com o promotor Leonardo da Silva Vilhena, a situação começou a ser apurada em setembro do ano passado, quando uma denúncia anônima chegou ao MP-PR. "O denunciante apontava que a justificativa utilizada na universidade para não haver licitação - não só nesta situação, mas em outras também - era a exclusividade na distribuição de medicamento. Ao mesmo tempo, mostrava que outras distribuidoras vendiam o mesmo produto", relata.

Um inquérito foi aberto e a UEM comunicada sobre a investigação. Segundo Vilhena, embora ainda não haja indícios de beneficiamento do servidor em relação aos particulares, o funcionário público agiu com improbidade. O representante comercial envolvido teria falsificado documento atestando que a empresa para qual é franqueado é a única no Paraná a fornecer os remédios a serem adquiridos. O material foi incluído pelo servidor da UEM no processo de compra, apontando para a dispensa de licitação. "As evidências levam a crer que ele [o servidor] tinha conhecimento de que havia outras distribuidoras para estes medicamentos. Além de omissão, houve intenção em adquirir esses medicamentos", assinala Vilhena.

Após o inquérito ser aberto, uma compra de R\$ 120 mil na distribuidora investigada foi cancelada. Outras aquisições realizadas entre 2010 e 2012 estão sendo apuradas. Uma segunda distribuidora também estaria envolvida no esquema. Incluindo o ano de 2013, as irregularidades suspeitas na aquisição de remédios podem chegar a R\$ 1 milhão.

Afastamento

O MP-PR solicitou o afastamento liminar do servidor público de suas atividades, onde ocupa função gratificada. A assessoria de imprensa da UEM informou, contudo,

que a instituição ainda não havia sido notificada sobre a liminar e que o funcionário seguiria no cargo até que uma decisão judicial sobre o caso fosse emitida.

Se condenados, os envolvidos podem ser punidos com detenção de dois a quatro anos e multa. Eles também podem ter de ressarcir integralmente danos e perdas de bens ou valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio, entre outras punições.

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Rosa Weber determina instalação de CPI exclusiva

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber determinou na noite de ontem que o Senado instale uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) exclusiva para investigar supostas irregularidades na Petrobras. A base de apoio ao governo Dilma Rousseff queria que a comissão investigasse, além da Petrobras, possíveis irregularidades nas construções do Porto de Suape e da refinaria Abreu Lima, ambos em Pernambuco, e denúncias relativas ao cartel do metrô de São Paulo. O objetivo era atingir o PSDB, que governa São Paulo, e o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), pré-candidato à Presidência da República.

“Defiro em parte a liminar, sem prejuízo, por óbvio, da definição, no momento oportuno, pelo Plenário desta Suprema Corte”, disse a ministra em seu despacho. A decisão de Rosa Weber é provisória e valerá até que o plenário do STF decida sobre o assunto.

No dia 9 deste mês, a senadora Ana Rita (PT-ES) protocolou no STF um mandado de segurança para tentar barrar a instalação da CPI. O pedido era pela suspensão da CPI até que a corte esclarecesse se fatos diversos poderiam ser incluídos na investigação.

A oposição ao governo Dilma recorreu ao Supremo para tentar garantir a formação de uma comissão específica para investigar a compra de uma refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos. A Petrobras poderia pagar mais de US\$ 1,3 bilhão pela refinaria, em 2006, quando Dilma Rousseff era presidente do Conselho de Administração da companhia. No ano anterior, a refinaria havia sido comprada pelo grupo belga Astra Oil por US\$ 42,5 milhões.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), defendia uma CPI ampliada, como queria o governo. Ele avaliava que a instalação de uma comissão é assunto interno do Congresso, não estaria sujeito ao controle do Judiciário.

3 CONVITES PARA GABRIELLI

Deputados federais da oposição aprovaram ontem três convites para que o ex-presidente da estatal Sérgio Gabrielli compareça à Câmara para prestar novos esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena (EUA), feita em 2006. Além dele, ministros e a atual presidente da Petrobras, Graça Foster, também deverão ir ao Congresso para tratar do caso. Foster deverá ser ouvida na quarta-feira.

24 ABR 2014

GAZETA DO POVO

ASSASSINATO

Delegada diz que babá relatou tentativa anterior de matar Bernardo

Uma babá que trabalhou na casa do menino Bernardo Boldrini, encontrado morto na semana passada no interior gaúcho, afirmou à polícia que a madrasta tentou matá-lo em outra ocasião, segundo a delegada responsável pelo caso. A madrasta Graciele Ugolini, o pai do menino, Leandro Boldrini, e a assistente social Edelvânia Wirganovicz estão presos desde que o crime, ocorrido em Frederico Westphalen (a 447 km de Porto Alegre), foi revelado. A delegada Caroline Machado afirmou que a babá chegou a

omitir a acusação em um primeiro momento por medo de retaliações. Em depoimento, Edelvânia também afirmou que a madrasta tentou matá-lo em uma outra situação por sufocamento com um travesseiro e que o assassinato era planejado havia muito tempo. Caroline disse que um dos motivos dos pedidos de prisões foi o medo de testemunhas de depor. "Havia receio de algumas pessoas de falar o que sabiam." Integrantes do conselho tutelar que conviveram com Bernardo já foram ouvidos. A policial estimou que falta concluir cerca de 20% do inquérito. Mas não há um prazo para a investigação ser finalizada, o que depende dos resultados de perícias.

JUSTIÇA

Sargento envolvido em incêndio na Antártica é absolvido

O primeiro-sargento da Marinha Luciano Gomes Medeiros, acusado de provocar o incêndio que destruiu a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) em fevereiro de 2012, foi absolvido nesta quarta-feira do crime de incêndio culposo pela primeira instância da Justiça Militar. O juiz auditor Frederico Veras leu um laudo da Polícia Federal que revelou que uma das válvulas do tanque de óleo diesel antártico não estava totalmente fechada, mas que isso não seria suficiente para provocar o incêndio. Medeiros era o responsável pela tarefa de fechar a válvula. O Ministério Público Militar vai recorrer.

Ônibus

R\$ 4,5 MIL

será o valor da diária do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), em Roma. Ele e o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) representarão o Congresso Nacional na missa que vai celebrar a canonização do padre José de Anchieta, hoje. Juntos, os dois terão R\$ 9 mil por dia para gastar.

Direito Civil e Processo Civil – especialização presencial

- Data: 25 de abril (amanhã).
- LOCAL: Faculdade Estácio de Curitiba – Av. Souza Naves, 1.715.
- INFORMAÇÕES: (41) 3592-2702 / comercial.ctba@estacio.br / site:www.estacio.br

24 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Bingos são condenados a pagar R\$ 50 mil por danos morais coletivos

Em primeira instância, a sentença já havia determinado a interdição dos jogos de bingo e máquinas caça-níqueis

Duas empresas que desenvolviam atividade de bingo no estado de São Paulo foram condenadas a pagar indenização de R\$ 50 mil por danos morais coletivos. A decisão é da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que julgou recurso interposto contra sentença em ação civil pública ajuizada pela União e pelo Ministério Público Federal (MPF).

Em primeira instância, a sentença já havia determinado a interdição dos jogos de bingo e máquinas caça-níqueis, mas havia julgado improcedente o pedido de indenização por dano moral pelos danos impostos à sociedade e aos consumidores em razão da exploração ilegal dos chamados jogos de azar. As empresas também foram proibidas de desenvolver atividades de bingo sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 100 mil.

Na decisão, o relator, desembargador federal Johonsom di Salvo, ressaltou que qualquer controvérsia a respeito da ilegalidade da atividade foi suprimida com a edição da Súmula Vinculante nº 2, do Supremo Tribunal Federal, que diz que “é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias”.

Para o magistrado, não há dúvida da imoralidade na promoção de jogos de azar com o intuito de lucro, citando o jurista Rui Barbosa: “O que menos se perde é o dinheiro; no jogo, o homem vai perdendo aos poucos a energia, a fé, o juízo, a nobreza, a honra, a temperança e a caridade”.

“Vê-se o despudor daqueles que, à míngua de qualquer legitimação legal ou autorização de outra espécie, promoveram a prática

comercial de jogos de azar que contaminou os bons costumes e ultrajou a coletividade do Estado de São Paulo”, disse o relator.

As rés pagarão ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, solidariamente, o valor de R\$ 50 mil, atualizado monetariamente, e acrescido de juros desde 1/1/2003, data em que não mais persistia o direito de exploração do jogo de azar.

24 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJAP – Comissariado da Infância intensifica fiscalização em Macapá

O Comissariado da Infância e da Juventude (CIJ), órgão vinculado ao Juizado da Infância e da Juventude – Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas do Amapá, em parceria com a Polícia Militar e as secretarias municipais de Assistência Social e Trabalho, Desenvolvimento Urbano e Habitacional, intensificou fiscalizações em bares, boates e vias públicas da capital.

Além de coibir a permanência de adolescentes nesses estabelecimentos, a ação busca também averiguar a existência da documentação necessária ao funcionamento exigida pelos órgãos de tributação e impostos da esfera municipal.

“O Comissariado da Infância e da Juventude não atua somente como órgão fiscalizador. Atua diretamente no tratamento e preservação dos direitos fundamentais dos jovens, para que

o resultado final de todo esse trabalho tenha consistência e as ações desenvolvidas pela CIJ e pelos órgãos parceiros tenham os resultados positivos desejados”, explicou o coordenador Virgílio Vieira.

Os estabelecimentos comerciais inspecionados são aqueles que promovem, de modo recorrente, a venda de bebidas alcoólicas para qualquer cidadão, sobretudo adolescentes, cujo consumo na maioria das vezes é feito em suas próprias dependências, em desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Durante a fiscalização, o Comissariado da Infância e da Juventude assegurou o recolhimento de 10 adolescentes em comprovada situação de risco pessoal e social, procedendo posteriormente o encaminhamento ao Conselho Tutelar para as providências cabíveis.

24 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça abre processo contra doleiro ligado a ex-diretor de estatal

Outros oito também viram réus; juiz decidirá se aceita três novas denúncias, uma delas contra Paulo Roberto

Youssef vai responder pelas acusações de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, entre outros crimes

MARIO CESAR CARVALHO
ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

O doleiro Alberto Youssef e seis dos laranjas que, segundo o Ministério Público Federal, emprestaram seus nomes para a realização de negócios ilícitos de remessa de dólares se tornaram os primeiros réus da investigação realizada pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

Eles vão responder pelas acusações de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha, entre outros.

A Justiça também aceitou uma segunda denúncia, contra um dos auxiliares do doleiro, totalizando oito réus. Denúncia é a acusação formal que procuradores apresentam quando encontram indícios de crime.

O juiz federal Sérgio Moro ainda terá de decidir se aceita ou não outras três denún-

cias do Ministério Público Federal, uma delas contra o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Ele, suas duas filhas e seus dois genros são acusados de tentar destruir provas durante a apuração.

Youssef, preso desde 17 de março, é réu por suspeita de ter remetido para fora do país, de forma fraudulenta, US\$ 444,7 milhões entre julho de 2011 e março de 2013. Segundo a Justiça, ele cometeu esse crime 3.649 vezes.

As supostas remessas ilegais ocorriam por meio de contratos fraudulentos de importação, segundo afirma a denúncia do Ministério Público Federal.

Outro réu, Leonardo Meirelles, sócio de um laboratório investigado, o Labogen, chegou a firmar uma parceria de R\$ 31 milhões com o Ministério da Saúde em 2013. A parceria, fechada em dezembro de 2013, quando Alexandre Padilha era o ministro da Saúde, foi cancelada no último mês, após questionamentos feitos pela Folha.

Também são réus o irmão de Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, e um frentista

de posto de gasolina, Esdra de Arantes Ferreira.

Youssef ainda é acusado de ter trazido para o Brasil, de maneira ilegal, um total de US\$ 3,1 milhões. A suposta fraude, no caso do ingresso de dólares, ocorria por meio de contratos de investimentos estrangeiros.

O doleiro, dizem as investigações, usou seis empresas para esconder a origem ilícita do dinheiro que trazia ilegalmente de fora do país, todas controladas por Carlos Alberto Pereira Costa, agora réu junto com o doleiro. Ontem Pereira Costa foi solto.

OUTRO LADO

O advogado Antônio Augusto Figueiredo Basto, que defende Youssef, diz que seu cliente não fez remessas ilegais de US\$ 444,7 milhões. Segundo ele, a questão do laboratório Labogen só pode ser discutida no Supremo Tribunal Federal por envolver parlamentares, como o deputado federal André Vargas (PT-PR), que teria ajudado o doleiro a obter o contrato.

A Folha não conseguiu localizar os advogados dos demais réus.

CONTINUA

24 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

LAVAJATO NO TRIBUNAL

Justiça Federal do Paraná aceita primeira denúncia contra esquema de lavagem de dinheiro

OS RÉUS

> Alberto Youssef

Doleiro preso pela PF, é acusado de chefiar o esquema

- > Leonardo Meirellés
- > Leandro Meirelles
- > Pedro Argese Júnior
- > Esdra de Arantes Ferreira
- > Raphael Flores Rodriguez
- > Carlos Alberto Pereira da Costa

Subordinados a Youssef, atuavam na gestão de empresas de fachada controladas pelo doleiro



A DENÚNCIA

O Ministério Público Federal acusa o grupo de usar o laboratório Labogen e outras empresas de fachada para praticar crimes financeiros e lavar dinheiro



A OPERAÇÃO

A denúncia é um dos desdobramentos da Operação Lava Jato, deflagrada em março pela Polícia Federal e que investiga esquema de lavagem de dinheiro que pode ter movimentado ilegalmente R\$ 10 bilhões

24 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Denúncias informais basearam pedido de dados do Planalto

Promotora que investiga suposto telefonema de Dirceu na Papuda enviou explicações sobre solicitação ao STF

Márcia Milhomens diz que informantes não quiseram se identificar e não permitiram registrar depoimentos

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

A promotora do Distrito Federal que pediu rastreamento das ligações feitas por celulares no Palácio do Planalto enviou à Justiça documento em que afirma que depoimentos prestados em “caráter informal” ao Ministério Público serviram de base para seu pleito.

O pedido da promotora Márcia Milhomens Corrêa foi feito dentro da investigação que apura se o ex-ministro José Dirceu, preso por causa do mensalão, usou um celular no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Sem dar detalhes sobre os depoimentos em “caráter informal”, a promotora disse que os “detentores das informações” se recusaram a divulgar seus nomes ou a ter as declarações registradas.

“A medida [de quebra] objetiva apurar denúncias trazidas ao Ministério Público, em caráter informal, de que o sentenciado José Dirceu teria estabelecido contato telefônico [...]. Ressalte-se que os detentores das informações recusaram-se, peremptoria-

mente, a prestar depoimento formal e a divulgar sua identificação”, diz o documento.

Ele foi enviado pela promotora à Justiça após o advogado de Dirceu, José Luis Oliveira Lima, encaminhar petição ao Supremo Tribunal Federal mostrando que o pedido de informações feito por Milhomens alcançaria não só o prédio da Papuda, mas também o Palácio do Planalto.

Em seu requerimento, a promotora havia apontado duas coordenadas geográficas sem indicar a que áreas correspondiam.

Dias depois, a **Folha** revelou que o pedido, da maneira que foi apresentado, buscava dados de celulares que operaram em toda a região da Praça dos Três Poderes, abrangendo o Planalto, o Congresso Nacional e o STF.

Nas explicações enviadas à Justiça, a promotora afirma que buscava identificar espe-

cificamente as ligações feitas por celulares que estavam na região da Papuda para aparelhos localizados no Palácio do Planalto no período entre os dias 1º e 16 de janeiro.

Disse também que não havia pedido a quebra de sigilo, já que não queria o conteúdo das ligações, mas o registro de “dados telefônicos”.

No pedido original, ela pedia que operadoras de telefone informassem as “chamadas efetuadas/recebidas” por meio de antenas de celulares que operavam em duas coordenadas geográficas: uma relativa ao Palácio do Planalto e outra à Papuda.

Como as antenas de telefonia que operam na região também são usadas por celulares da área da Praça dos Três Poderes, a identificação das chamadas seria ampla e indiscriminada.

Por isso, foi criticada pela Advocacia-Geral da União, que pediu ao Conselho Nacional do Ministério Público uma investigação sobre a conduta da promotora.

Além de defender seu pedido inicial, a promotora aproveitou para pedir no novo documento enviado a Justiça também a lista de ligações da Papuda para a Bahia.

Isso porque, segundo a **Folha** publicou em janeiro, o secretário de Estado baiano James Correia disse ter falado ao telefone com Dirceu. A defesa do petista nega a ligação.

66 A medida objetiva apurar denúncias trazidas ao Ministério Público, em caráter informal, de que o sentenciado José Dirceu teria estabelecido contato telefônico

MÁRCIA MILHOMENS CORRÊA

FOLHA DE S. PAULO Procuradoria

da Itália é a 24 ABR 2014

favor da volta de Pizzolato

Para procurador, pedido do governo brasileiro se enquadra nos requisitos

Decisão final sobre extradição depende do Ministério da Justiça da Itália, que tem última palavra sobre o caso

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PARIS

O Ministério Público italiano informou que a extradição do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato é "juridicamente possível".

A informação foi antecipada na edição de ontem de "O Estado de S. Paulo". Condenado a 12 anos e sete meses de prisão no julgamento do mensalão, Pizzolato fugiu para a Itália, mas foi preso no dia 5 de fevereiro em Marello (norte do país).

O procurador da República italiano, Alberto Candi, responsável pela acusação na ação de extradição de Pizzolato, reconheceu que o pedido do governo brasileiro se enquadra formalmente nos requisitos para ser discutido na Corte de Apelação de Bolonha, que analisa o caso.

De acordo com o Ministério Público italiano, o parecer favorável elaborado por Candi e incluído nos autos do processo, que corre sob sigilo, reconhece que os crimes pelos quais Pizzolato foi condenado no Brasil são também previstos no ordenamento jurídico italiano. E que o tratado de extradição entre os dois

países vigora plenamente.

Pelo tratado firmado em 1989, a recusa de extradição está prevista em casos em que, por exemplo, o réu ou condenado for vítima de perseguição política ou se tiver sido submetido a julgamento de tribunal de exceção. O acordo também prevê que um país possa recusar-se a extraditar um cidadão nacional.

De acordo com a assessoria do Ministério Público em Bolonha, apesar de Pizzolato ter cidadania italiana, a devolução ou não do brasileiro ao país de origem é incerta porque depende tanto do processo judicial quanto da decisão do Ministério da Justiça da Itália – a quem cabe a palavra final sobre a extradição.

ESCRITÓRIO ITALIANO

Na audiência preliminar após a prisão em fevereiro, Pizzolato, que se diz condenado injustamente, afirmou que não queria ser extraditado para o Brasil sob alegação de ter sido vítima de um "processo político".

O governo do Brasil vai contratar um escritório de advocacia italiano para passar a integrar como parte no processo de extradição. A escolha do escritório será coordenada pela diretoria internacional da Advocacia-Geral da União. Segundo a **Folha** apurou, ao menos seis advogados com experiência em processos penais internacionais foram procurados.

guerra das MARCAS

**Bombril vs.
Bom Brilho;**
**Kibon vs.
Ki-Delícia;**
**Tubaína vs.
Tubaiana;**
ações envolvendo
proteção à marca
quaduplicaram
desde 2010 no
TJ de São Paulo,
enquanto o Inpi
facilita registro de
supermarcas

RICARDO MIOTO
DE SÃO PAULO

Uma decisão judicial na semana passada envolvendo a Bombril simboliza a crescente utilização da Justiça por marcas consagradas para proteger seus nomes.

O Tribunal de Justiça de São Paulo mandou a Higibril, de Porto União (SC), que vende produtos de limpeza, mudar de nome, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

Não é o primeiro caso envolvendo a Bombril. No ano passado, ela conseguiu uma decisão contra uma empresa

de Campinas particularmente inspirada em fazer produtos para os mais diversos usos: Radiabril, para radiadores, Rodabril, para uso externo em carros, e até Dogbrill.

Também em 2013, conseguiu impedir uma pequena fábrica de Currais Novos, cidade de 42 mil habitantes no Rio Grande do Norte, de usar a marca "Bom Brilho".

Tais ações têm ficado mais comuns. No ano passado, o Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) facilitou o processo para uma marca ser reconhecida como de alto renome. Não é mais necessário esperar algum conflito com outra marca para pedir tal proteção especial.

Ser uma marca de alto renome possibilita proteção em todos os mercados, não apenas naquele em que ela atua. Ou seja, ninguém pode abrir uma borracharia chamada McDonald's, mesmo que prometa jamais fritar hambúrgueres entre os pneus.

Além de Bombril e McDonald's, entre as marcas com tal privilégio estão Natura, Kibon, Nike, 3M, Sadia, Bic, Havaianas, Moça, Itaú e Pirelli.

Mesmo antes dessa mudança, as disputas envolvendo marcas famosas já ganhavam força. Em 2010, 13 acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo citaram marcas de alto renome do Inpi. O número foi subindo ano a ano, até atingir 52 casos em 2013.

"Ações envolvendo marca estão fervilhando", resume o professor de direito comercial

da USP Newton Silveira. "E temos visto o surgimento agora de câmaras especializadas em propriedade intelectual nos tribunais."

KIBON X KI-DELÍCIA

Silveira lembra que os juízes têm liberdade para considerar uma marca como sendo de alto renome mesmo que o Inpi não o tenha feito.

De qualquer forma, o professor recomenda aos seus clientes que procurem a entidade. "O reconhecimento impressiona o juiz, facilita."

A Natura, por exemplo, é outra empresa que conseguiu, em 20 de fevereiro, utilizando a chancela do órgão como argumento, decisão determinando que uma fábrica de alimentos de Novo Hamburgo (RS) chamada Naturasul mude de nome, mesmo não atuando com cosméticos.

A Natura ainda se envolveu em ações contra outra indústria de alimentos que usa a marca Naturarroz e contra os cosméticos importados Natura Bissé Barcelona.

Nem tudo é vitória para as grandes marcas, porém. A Kibon não conseguiu que a Sorveteria Ki-Delícia de Sabor, que fica em Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo, procurasse outro nome.

CONTINUA

24 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“A marca Ki-Delícia de Sabor, embora traga a conotação de ser algo gostoso, como também faz a marca Kibon, não tem o poder de causar confusão ao consumidor”, afirmou a desembargadora Graciella Salzman, do TJ-SP.

Um outro caso curioso na Justiça envolveu a marca Tubaina —que não é considerada de alto renome. Uma fábrica do Nordeste utilizava o nome “Tubaiana” no seu refrigerante, mas um processo judicial dos detentores da marca queria impedi-la. Perdeu: segundo a Justiça, o termo e seus derivados já tinham sido assimilados pela cultura popular.

Já a situação da Nike é especial. A empresa conseguiu proteção especial não só para seu nome como para o símbolo curvo que usa como logo. Assim, alguém que usar a imagem para promover seu negócio poderá ser acionado, mesmo sem citar nome nenhum.

24 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Senadores recebem R\$ 9 mil por ida a Roma

**Políticos vão assistir
missa para Anchieta**

Em meio a votações importantes e à polêmica sobre a instalação da CPI da Petrobras, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), viajou para Roma.

Ele e o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) vão representar o Congresso em uma missa que acontece hoje para celebrar a canonização do padre José de Anchieta.

Pelos cinco dias que estarão em missão oficial, os senadores vão receber R\$ 9.000 em diárias —R\$ 4.500 cada um. As passagens também são custeadas pela Casa, que não divulgou os valores.

O pagamento de diárias é regulamentado por lei para congressistas e servidores públicos em missões oficiais. Ato do Senado fixou em US\$ 416 a diária recebida pelos senadores em missões fora da América do Sul.

Ferraço é presidente da Comissão de Relações Exteriores. Os dois viajaram ontem para a Itália e só retornam ao Brasil no domingo, com autorização do Congresso.

O vice-presidente Michel Temer vai representar o governo brasileiro na cerimônia de Anchieta, mas retorna ao Brasil amanhã.

O Senado não confirmou se Renan vai participar também da cerimônia de canonização dos Papas João Paulo 2º e João 23, marcada para o domingo no Vaticano.

Por causa da viagem o senador não participou antontem da votação do projeto do Marco Civil da Internet.

STF mantém prisão de líder de greve da PM

DE BRASÍLIA - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski manteve preso o líder da greve da PM da Bahia, vereador Marco Prisco (PSDB). De acordo com o ministro, a manutenção da prisão é necessária para garantir a manutenção da "ordem pública" e evitar ameaças ao "re-

gime democrático".

Com prisão preventiva de 90 dias decretada, Prisco foi detido no último dia 18 e transferido da Bahia para Brasília no dia seguinte. Ele está no complexo prisional da Papuda.

Como a decisão foi tomada pelo ministro individualmente, cabe recurso ao plenário.

24 ABR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Denúncia contra doleiro é acatada

AE - Curitiba

O juiz Sergio Moro, da Justiça Federal do Paraná, acatou na tarde de ontem a denúncia proposta pelo Ministério Público Federal contra o doleiro Alberto Youssef e outros seis investigados pela Polícia Federal, presos pela Operação Lava Jato, um esquema de lavagem de dinheiro que chegou a movimentar R\$ 10 bilhões nos últimos quatro anos.

Além dessa denúncia, o MPF também ofereceu outras quatro, mas que estão sendo analisadas e poderão ser acatadas nos próximos

dias. O ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa é citado em apenas uma denúncia, enquanto Youssef aparece em mais uma, além da primeira. O doleiro é acusado de ter remetido US\$ 444,6 milhões para fora do Brasil entre julho de 2011 e março de 2013, por conta da utilização de empresas de importação inexistentes.

A primeira oitiva com as testemunhas de acusação deve acontecer no dia 30 de maio, na sede do MPF. Segundo a decisão do juiz a denúncia foi acatada por existir elementos suficientes para a investigação.

STF determina CPI exclusiva

Agência Brasil

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o Senado instale Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar exclusivamente a Petrobras. Rosa Weber atendeu a pedido da oposição e rejeitou ação dos governistas, que propuseram investigações também nos contratos dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal, supostas irregularidades no Porto de Suape (PE) e suspeitas de fraudes em convênios com

recursos da União, além das denúncias sobre a Petrobras.

A decisão foi tomada pela ministra ao analisar dois mandados de segurança. No primeiro, parlamentares da oposição queriam garantir a instalação de CPI para investigar exclusivamente a Petrobras. Governistas também entraram com mandado de segurança, pedindo uma definição da Corte sobre o que é "fato determinado" para criação de CPI.

O posicionamento de Rosa Weber vale até decisão final do plenário.

24 ABR 2014

BEMPARANÁ

Justiça acata denúncia contra doleiro

A Justiça Federal do Paraná abriu ação penal contra o doleiro Alberto Youssef, alvo principal da Operação Lava Jato - investigação da Polícia Federal sobre esquema de lavagem de dinheiro que pode ter alcançado R\$ 10 bilhões. A decisão judicial acolhe denúncia da Procuradoria da República, que imputa a Youssef e seu grupo os crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crimes financeiros.

Força tarefa constituída de seis procuradores apresentou à Justiça Federal várias denúncias criminais, uma delas contra Youssef e seu grupo - mais seis acusados, Carlos Alberto Pereira da Costa, Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, Leonardo Meirelles, Pedro Argese Junior e Raphael Flores Rodriguez. Segundo a denúncia, os acusados teriam promovido, por 3.649 vezes, entre julho de 2011 a 17 de março de 2014, a evasão fraudulenta de US\$ 444,65 milhões.

Youssef e seus aliados teriam feito "mediante a celebração de contratos de câmbio fraudulentos para pagamentos de importações fictícias, utilizando empresas de fachada ou em nome de pessoas interpostas, especificamente a Bosred Serviços de Informática Ltda. - ME, HMAR Consultoria em Informática Ltda. - ME, Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia, Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S/A, Piroquímica Comercial Ltda. - EPP e RMV & CVV Consultoria em Informática Ltda. - ME, assim como as offshores DGX Imp. and Exp. Limited e RFY Imp. Exp. Ltd."

A Procuradoria sustenta que Youssef era o "líder do grupo criminoso, mandante e executor dos crimes". Youssef agia em parceria com o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa. Mas essa etapa da investigação ainda não é alvo da acusação da Procuradoria.

24 ABR 2014

BEMPARANÁ

MP quer criar 94 novos cargos

O Ministério Público-Estadual enviou à Assembleia Legislativa um projeto que prevê a criação de 94 novos cargos comissionados no órgão. O impacto financeiro da medida seria de R\$ 5,4 milhões este ano, e outros R\$ 8,3 milhões em 2015, o equivalente a 1,86% da folha de pagamento atual da instituição. Os cargos a serem criados seriam de assessor da promotoria, com lotação na Procuradoria Geral de Justiça. Segundo o MP, eles são necessários para dar conta da demanda de trabalho resultante da ampliação dos serviços judiciais no Estado. O projeto também prevê a criação de uma gratificação de 10% sobre o salário do ouvidor do Ministério Público paranaense.

24 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça aceita denúncia contra o doleiro Youssef

A Justiça Federal do Paraná aceitou a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o doleiro Alberto Youssef nesta quarta-feira (23). Ele está preso desde março por um esquema que, segundo a polícia, envolve personagens do mercado clandestino de câmbio no Brasil. A partir de agora, ele passa a ser réu. Além dele, outras seis pessoas tam-



Reprodução

Youssef vai responder por lavagem de dinheiro

bém tiveram as denúncias aceitas pela Justiça Federal

A operação Lava Jato foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) em março e resultou na prisão de Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, suspeito de chefiar suposto esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que teria movimentado cerca de R\$ 10 bilhões.

Defensoria Pública inaugura sede em São José dos Pinhais

Será inaugurada nesta quinta-feira (24) a sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A solenidade começa às 10 horas e terá a presença da Defensora Pública-Geral, Josiane Fruet Bettini Lupion, dos defensores públicos lotados em São José dos Pinhais - Carlos Augusto Silva Moreira Lima, Devidério Machado Lima e Renan Thomé de Souza Vestina -, do prefeito Luiz Carlos Setim.

24 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Dupla cidadania não impede extradição, dizem promotores

Ministério Público de Bolonha deu parecer favorável ao pedido do governo brasileiro para que Pizzolato seja mandado de volta

Jamil Chade |

ENVIADO ESPECIAL / BOLONHA

O Ministério Público italiano considera que o fato de Henrique Pizzolato ter dupla cidadania “não é uma condição suficiente” para impedir sua extradição. O ex-diretor do Banco do Brasil, que está preso no país europeu desde fevereiro, foi condenado a 12 anos e 7 meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal por seu envolvimento com o mensalão.

O Estado revelou ontem que os promotores da Itália já recomendaram a extradição de Pizzolato. O caso será agora avaliado pela Justiça de Bolonha na segunda metade de maio.

O brasileiro fugiu para a Itália em setembro do ano passado após o Supremo rejeitar seus recursos. Pizzolato usou passaporte falso de um irmão morto há mais de 30 anos. Em fevereiro deste ano, ele acabou sendo descoberto na casa de um sobrinho na cidade de Maranello, no norte da Itália, e levado para a prisão da vizinha Módena.

No início de abril, o Ministério Público italiano protocolou o pedido de extradição, cancelando a posição das autoridades brasileiras. No documento, os promotores italianos consideram que

Pizzolato não sofreu nenhum processo político no Brasil, como argumentado pelo ex-diretor do Banco do Brasil na defesa que entregou no país europeu.

Pizzolato ainda apostava no fato de que, tendo nacionalidade italiana, poderia evitar uma extradição. Mas o Ministério Público italiano acabou não acautando o argumento. Para os pro-

motores de Bolonha, o passaporte não serve como uma “forma de proteção a criminosos”.

Battisti. Se o fato de ele ser italiano não lhe garante proteção contra uma extradição, a realidade é que outros fatores políticos podem pesar. A decisão final ficará com o Ministério da Justiça do governo do primeiro-ministro Matteo Renzi. Um integrante do Ministério Público italiano que pediu para não ser identificado afirmou que, “na prática, será uma decisão política que irá considerar as relações entre os dois países”.

A Promotoria de Bolonha considera que o caso de Cesare Battisti, que recebeu asilo político no Brasil, pode ser um “obstáculo político real” numa eventual decisão de Roma de extraditar Pizzolato. Oficialmente, políticos italianos e mesmo juristas insistem em apontar que a Itália é um “país maduro”, que não faria uma ligação entre os dois casos.

Battisti foi julgado e condenado na Itália por atividades terroristas e por mortes. Fugiu para o Brasil, onde alegou que havia sido alvo de um “julgamento político”. Brasília acabou dando ao italiano o status de refugiado, o que deixou parte importante dos partidos em Roma inconformada.

PARA LEMBRAR

Suspeitas no país europeu

O ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato passou a ser alvo nas últimas semanas de suspeitas de lavagem de dinheiro por causa de sua relação com um ex-aliado do ex-premiê Silvio Berlusconi chamado Valter Lavitola. As investigações podem atrasar uma eventual extradição do brasileiro, mas não podem impedi-la, segundo promotores de Bolonha. Isso porque Pizzolato poderia cumprir penas no Brasil de eventuais crimes cometidos na Itália.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CAMINHO DO CONDENADO

24 ABR 2014

● Ministério Público da Itália diz que dupla cidadania de Henrique Pizzolato não é impeditivo para que ele seja extraditado



QUEM É
▶ Henrique Pizzolato

Servidor de carreira do Banco do Brasil e sindicalista filiado ao PT, foi diretor da Previ, fundo de pensão dos funcionários do banco, e diretor de Marketing da instituição financeira no 1º mandato do governo Lula, período em que o mensalão foi revelado. Em 1990, candidatou-se ao governo do Paraná. Neto de italianos, Pizzolato tem a cidadania do país europeu

Pizzolato **foge para a Itália**

Pizzolato é preso na casa de um sobrinho em **Maranello, na Itália**, e transferido para Modena



Estado revela que Pizzolato prestou depoimento à Justiça Italiana sobre suposta ligação com o italiano **Valter Lavitola**, conhecido como operador do ex-premiê **Silvio Berlusconi**

2012

30 de agosto

Supremo Tribunal Federal condena, durante o julgamento do mensalão, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato pelos **crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato**

21 de novembro

Supremo define sua pena:

12 anos e 7 meses

Multa de R\$1,3 milhão

O QUE DIZ O SUPREMO

Pizzolato recebeu pelo menos **RS 326 mil em propina** para favorecer o grupo de Marcos Valério, operador do mensalão, e adiantar a liberação de **RS 73 milhões** para a DNA Propaganda, que tinha contrato de publicidade com o Banco do Brasil. A DNA pagava deputados da base aliada do governo

2013

4 de setembro

Supremo Tribunal Federal **rejeita recurso** apresentado por Pizzolato

11 de setembro

15 de novembro

Ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, decreta a prisão de Pizzolato; agentes da Polícia Federal do Rio **aguardam a apresentação do condenado**, o que não ocorre

16 de novembro

Então advogado de Pizzolato, Marthius Sávio Lobato avisa à Polícia Federal que seu cliente fugiu para a Itália. Em carta, o condenado diz que, aproveitando a dupla cidadania, vai apelar para novo julgamento no país europeu. Ele passa a ser **considerado foragido da Justiça**

2014

5 de fevereiro

Brasil entrega ao governo italiano **pedido de extradição** do ex-diretor do Banco do Brasil

22 de abril

Ontem

Estado revela que Ministério Público da Itália emitiu parecer **favorável à extradição de Pizzolato**